



Tribunal de Contas do Estado de São Paulo

NOTIFICAÇÃO DE ALERTAS

Processo TC 2135/126/15
Poder EXECUTIVO
Município Charqueada
Entidade PREFEITURA MUNICIPAL DE CHARQUEADA
Período 12/2015
Relator Dr. Renato Martins Costa
Unidade Fiscalizadora UR-10 UNIDADE REGIONAL DE ARARAS
Responsável JOSE HENRIQUE PIAZZA
Cargo PREFEITO
CPF 450.350.088-00
Período de Gestão 01/01/2013 a 31/12/2016

Com base nas análises efetuadas sobre os dados relativos ao período em tela declarados a este Tribunal de Contas por força do disposto nas Instruções Nº 2/08, vimos por meio deste **alertá-lo(a)** a respeito das seguintes situações:

ACOMPANHAMENTO DA GESTÃO FISCAL

1 - Assunto de Fiscalização: CUMPRIMENTO DAS INSTRUÇÕES DO TCE

1.1 - CI01 - Cumprimento das entregas da documentação exigida pelo TCE

Não entrega dos seguintes documentos:

Tipo de Documento	Mês	Ano
PLAN LDO ATUALIZADA	12	2015
PLAN LOA ATUALIZADA	12	2015
PLAN PPA ATUALIZADO	12	2015

Os seguintes documentos foram entregues intempestivamente:

Tipo de Documento	Mês	Ano
BALANCETE ISOLADO CONTA CONTABIL	12	2015
BALANCETE ISOLADO CONTA CORRENTE	12	2015

Conciliações Bancárias Mensais	12	2015
BALANCETE ISOLADO ENCERRAMENTO 13 CONTA CONTABIL	13	2015
BALANCETE ISOLADO ENCERRAMENTO 13 CONTA CORRENTE	13	2015
BALANCETE ISOLADO ENCERRAMENTO 14 CONTA CONTABIL	14	2015
BALANCETE ISOLADO ENCERRAMENTO 14 CONTA CORRENTE	14	2015

2 - Assunto de Fiscalização: LRF

2.1 - GF26 - Análise dos Restos a Pagar - Movimentação até o Bimestre

Alerte-se que as baixas ocorreram aquém do parâmetro que indique a redução integral no exercício em exame, devendo o órgão adotar os ajustes necessários.

2.2 - GF27 - Despesas com Pessoal

Alerte-se que o percentual apurado dos Gastos com Pessoal ultrapassou aquele previsto no art. 59, § 1º, inciso II, da LRF, estando sujeito, ainda, às vedações previstas nos incisos I a V do parágrafo único do art. 22 da Lei já mencionada, haja vista o limite prudencial ter sido também alcançado.

Por oportuno, esclarecemos que em virtude do apurado, deverão ser observadas as exigências contidas na legislação supra citada, a fim de evitar possíveis sanções de ordem administrativa e/ou penal.

Data da Geração: 19/02/2016
Hora da Geração: 21:26:54